

**FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA EM
CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS – FUCAPE**

HELAINÉ SIMAN GLÓRIA

**A RELAÇÃO ENTRE CONSERVADORISMO CONTÁBIL E
SUSTENTABILIDADE: uma análise das companhias listadas na
BM&FBOVESPA**

**VITÓRIA
2015**

HELAINÉ SIMAN GLÓRIA

**A RELAÇÃO ENTRE CONSERVADORISMO CONTÁBIL E
SUSTENTABILIDADE: uma análise das companhias listadas na
BM&FBOVESPA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis – Nível Profissionalizante.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Moraes da Costa.

**VITÓRIA
2015**

HELAINÉ SIMAN GLÓRIA

**A RELAÇÃO ENTRE CONSERVADORISMO CONTÁBIL E
SUSTENTABILIDADE: uma análise das companhias listadas na
BM&FBOVESPA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, linha de pesquisa Finanças, da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis - Nível Profissionalizante, na área de concentração Finanças.

Aprovado em: 08 de outubro de 2015.

COMISSÃO EXAMINADORA

PROF. DR. FÁBIO MORAES DA COSTA

Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e
Finanças - FUCAPE
Orientador

PROFA. DRA. ARILDA MAGNA CAMPAGNARO TEIXEIRA

Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e
Finanças - FUCAPE

PROF. DR. DANILO SOARES MONTE-MOR

Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e
Finanças - FUCAPE

Dedico este trabalho ao professor Paulo César Consentino dos Santos, meu mestre, minha inspiração.

AGRADECIMENTOS

À Deus, digno de toda honra e toda glória;

À minha família, minha mãe pelas orações e torcida, meu pai, irmãos, sobrinhos e cunhadas pela força, apoio e amor, ao David por estar ao meu lado durante este tempo;

Às primas e amigas Helen, Rosiane, Milena, Patrícia que sempre me apoiaram e de alguma forma contribuíram com mais esta conquista.

Às amigas Sandriem e Clarissa que adquirir durante esta trajetória, foram essenciais para esta conquista e agora fazem parte desta história.

Aos melhores amigo da faculdade: Rosiane, Adriane, Baby, Ariana, Bruna e João, pela torcida e presença mesmo distantes.

À Jordana e ao Flávio que me ajudaram muito em meus momentos de dificuldade com alguma matéria.

Ao Professor Paulo Consentino que me direcionou para esta oportunidade. À professora Márcia Athayde pelo incentivo de fazer um mestrado.

Às meninas da Secretaria de Pesquisa da FUCAPE em especial à Lorene, por toda ajuda e apoio.

Aos professores e funcionários da FUCAPE que muito me ensinaram e tornaram esta jornada inesquecível, em especial o professor Francisco Antônio Bezerra.

Ao meu orientador, por todos os ensinamentos e paciência.

Ora, a fé é o firme fundamento das coisas que se esperam, e a prova das coisas que se não vêem. Hebreus 11:1

RESUMO

Este trabalho analisou se as empresas consideradas sustentáveis, identificadas como as que divulgam o relatório de sustentabilidade ou como as que fazem parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), possuem maior grau de conservadorismo contábil do que as demais. Foram analisadas informações contábeis de todas as companhias abertas listadas na BM&FBOVESPA no período de 2010 a 2013, ou seja, após a adoção das Internacionais Financial Reporting Standards (IFRS) no Brasil. O objetivo foi de verificar a relação entre o conservadorismo e a sinalização de práticas sustentáveis realizadas por empresas brasileiras, ou seja, se as empresas sustentáveis são mais conservadoras do que as demais. Para chegar aos resultados, foi usado o modelo de conservadorismo condicional desenvolvido por Basu (1997), para avaliar se “más notícias” são reconhecidas de maneira mais tempestiva do que as “boas notícias”. Os resultados indicam que há conservadorismo no Brasil, mas não é possível afirmar que as empresas consideradas sustentáveis sejam mais conservadoras do que as demais. No Brasil, Silva (2014) apresenta evidências de que as empresas consideradas sustentáveis apresentam um menor nível de gerenciamento de resultados do que as demais. Assim, este trabalho reforça a ideia de que métricas diferentes podem apresentar comportamentos distintos, abrindo leque para futuras pesquisas a respeito das diferentes dimensões da qualidade da informação contábil.

Palavras-chave: Conservadorismo contábil. Sustentabilidade empresarial. Qualidade da informação contábil.

ABSTRACT

This study examined whether the companies considered sustainable, identified as those that disclose the sustainability report or those that are part of the Corporate Sustainability Index (ISE), have a higher degree of accounting conservatism than the others. They analyzed financial statements of all public companies listed on the BM & FBOVESPA in the 2010-2013 period, after the adoption of International Financial Reporting Standards (IFRS) in Brazil. The objective was to investigate the relationship between conservatism and signaling of sustainable practices by Brazilian companies, if sustainable enterprises are more conservative than others. To get the results, it used the conditional conservatism model developed by Basu (1997), to assess whether "bad news" are recognized in a more timely manner than the "good news". The results indicate that there is conservatism in Brazil, but we cannot say that sustainable companies are more conservative than others. In Brazil, Silva (2014) presents evidence that sustainable companies have considered a minor earnings management level than the others. This work reinforces the idea that different metrics may exhibit different behaviors, opening a range for future research into the different dimensions of quality of accounting information.

Keywords: Accounting conservatism. Corporate sustainability. Quality of accounting information.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2 REVISÃO DA LITERATURA	15
2.1 RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL ...	15
2.2 ISE/RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE	16
2.3 CONSERVADORISMO	19
2.4 QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL X SUSTENTABILIDADE	21
3. METODOLOGIA	23
4. RESULTADOS.....	27
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS.....	34

1. INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa foi de verificar a relação entre o conservadorismo e a sinalização de práticas sustentáveis realizadas por empresas brasileiras. Desta forma a investigação deste trabalho teve como foco avaliar se empresas que sinalizam serem sustentáveis apresentam maior grau de conservadorismo do que as demais.

O desenvolvimento sustentável pode ser considerado como uma definição de sucesso em longo prazo, capaz de manter as necessidades desta geração, sem prejudicar a capacidade das gerações futuras, para atender às suas próprias necessidades do presente (STAND, 2014; CLOSS; ANTONELLO, 2014). Neste contexto torna-se factível buscar evidências de uma relação entre o conservadorismo e a sustentabilidade, haja vista que tanto sustentabilidade como conservadorismo são indicadores de responsabilidade e credibilidade para uma empresa perante os usuários de suas informações.

Estudos anteriores, como o de Silva (2014) constataram que empresas sustentáveis possuem maior qualidade de informação contábil (QIC) do ponto de vista do Gerenciamento de Resultado (GR). Informações contábeis de maior qualidade podem contribuir para a melhora da eficiência de investimentos (BIDDLE *et al.*, 2009). O conservadorismo é tratado como uma das várias dimensões da qualidade da informação contábil (FAN; ZHANG, 2012).

Silva (2014) apresenta evidências de que empresas consideradas sustentáveis, definidas como as participantes da carteira ISE, possuem GR menor e, conseqüentemente, maior QIC. Entretanto, nem sempre as métricas de qualidade estão positivamente relacionadas, pois Dutra (2011) estudou a relação entre o

Gerenciamento de Resultados e o Conservadorismo, no período que antecede à implantação do IFRS e concluiu que não existem evidências de que o conservadorismo no Brasil seja afetado pelo GR.

Neste sentido, este trabalho se propôs a pesquisar a relação entre o conservadorismo e a sinalização de práticas sustentáveis realizadas por empresas brasileiras, ou seja a existência de conservadorismo, como métrica de qualidade, entre as empresas consideradas sustentáveis comparado com as demais listadas na BM&FBOVESPA.

Esta pesquisa abrangeu todas as empresas listadas na BM&FBOVESPA, incluindo as empresas participantes do ISE e analisou se nas empresas consideradas sustentáveis, ou seja, que divulgam o relatório de sustentabilidade há grau de conservadorismo maior do que nas demais, para assim constatar se é possível afirmar que as empresas sustentáveis possuem maior QIC do ponto de vista do conservadorismo, uma vez que foi verificado por Silva (2014) maior QIC sob a ótica do GR.

Este trabalho contribui para a literatura ao avaliar o grau de conservadorismo nas companhias brasileiras de capital aberto, fazendo uma análise da relação entre o conservadorismo e a sustentabilidade, uma vez que ainda não há pesquisa comparando conservadorismo com a prática da sustentabilidade no Brasil. O trabalho de Silva (2014) limitou-se às empresas sustentáveis integrantes da carteira ISE e verificou a relação do GR e a QIC nestas empresas.

Existem evidências de que as preocupações éticas podem conduzir à elaboração de relatórios financeiros de qualidade (KIM; PARK; WIER, 2012). Por exemplo, empresas cujas atividades modifiquem o meio ambiente possuem um

monitoramento maior de seu desempenho ambiental, fatos que podem ser refletidos em mais ações de Responsabilidade Social Corporativa (NUNES *et al.*, 2010).

Segundo Patrizia e Carlotta (2011) o relatório de sustentabilidade representa um meio onde a empresa descreve, comenta e relata seu papel e comportamento referente ao crescimento sustentável, tornando visível para seus usuários. Por outro lado, há a crítica de que tal demonstração de responsabilidade social pode ser compreendida como uma estratégia de *marketing* com finalidade de impactar a imagem da entidade (MOTA; MAZZA; DE OLIVEIRA, 2013; LEVEK *et al.*, 2002).

Segundo Bedek (2011) em um mercado competitivo as práticas sustentáveis são aderidas como parte do sucesso do negócio da empresa e impactam a reputação. Assim, tais práticas associadas ao marketing ajudam a diferenciar a entidade de seus concorrentes.

O relatório de sustentabilidade pode ser usado para aumentar a valorização da empresa, por onde ela pode divulgar seu papel social e ambiental (PATRIZIA; CARLOTTA, 2011). Assim, argumenta-se que o exercício da responsabilidade social corporativa esteja associado à noção de sustentabilidade, conciliando as esferas econômica, ambiental e social e, a partir de então, gerando um cenário compatível à continuidade e à expansão das atividades das empresas (KRAEMER, 2008).

A sustentabilidade pode ser compreendida como as capacidades das empresas em manter um determinado desenvolvimento social, econômico e de preservação ambiental. O relatório de sustentabilidade é a forma de avaliar seu desempenho e informar aos usuários o seu desenvolvimento ambiental e social (URSINI; SEKIGUCHI, 2005).

Uma “empresa sustentável” pode ser descrita como aquela que satisfaz suas necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de também satisfazerem suas necessidades (BOER, 2003). A incorporação dos conceitos de sustentabilidade nas diretrizes de uma empresa traz ganhos para sua imagem; e este ganho deverá ser consequência de mudanças de atitude e a divulgação dos relatórios é a chance para a empresa mostrar para a sociedade a prática de seus discursos (VIEIRA, 2006).

Uma informação com qualidade pode ser compreendida com maior facilidade, reduzindo o grau de incertezas (MOURA; FRANZ; CUNHA, 2013). A QIC pode ser analisada por diversos modelos que capturam diferentes propriedades da informação contábil, dentre elas: Gerenciamento de Resultados; Conservadorismo; Relevância; Tempestividade da informação; Persistência; e Oportunidade. (WANG, 2006; ALMEIDA, 2010).

O conservadorismo pode ser descrito como o reconhecimento assimétrico entre perdas e ganhos, em virtude das perdas serem reconhecidas de maneira mais oportuna do que os ganhos (BASU, 1997; WATTS, 2003). Um dos benefícios de uma contabilidade conservadora, ou seja, que pratica o conservadorismo é a probabilidade de que os custos não estejam subestimados e as receitas superestimadas (LOPES; MARTINS, 2005; TEIXEIRA; NOSSA; FUNCHAL, 2011).

Se a perda é reconhecida mais oportunamente do que o ganho, as mudanças das informações de perdas serão menos persistentes e tenderá a reverter mais do que os ganhos e supões-se que esta antecipação assimétrica das perdas produz mais qualidade a estas informações (DECHOW; GE; SCHRAND, 2010).

Esta pesquisa justifica-se pelo fato destas informações não se encontrarem disponíveis no site da BM&FBOVESPA, apesar de serem muito importantes nas

tomadas de decisões, uma vez que a QIC afetará os investimentos e conseqüentemente o crescimento da empresa, ao serem usadas pelos analistas.

Sua relevância justifica-se também, pelo fato de que investimentos em mercados emergentes vêm sendo uma estratégia de diversificação internacional e se tornando comum, tanto para os investidores de países desenvolvidos quanto em desenvolvimento (LAMOUNIER; NOGUEIRA, 2007).

Para chegar aos resultados deste trabalho foram rodadas regressões, utilizando o modelo de BASU (1997), que visa capturar se há reconhecimento assimétrico entre “boas e más notícias”, o que seria evidência de conservadorismo. Dois critérios foram utilizados para identificar empresas que sinalizam serem sustentáveis: participação na carteira ISE e divulgação do relatório de sustentabilidade. Assim, o grau de conservadorismo entre as empresas que sinalizam sustentabilidade foi comparado ao das demais companhias listadas na BM&FBOVESPA.

Os resultados indicam que há conservadorismo no mercado brasileiro. Porém, não foi possível sustentar que as empresas sustentáveis possuem grau de conservadorismo maior do que o das demais. Desta forma, a divulgação do relatório de sustentabilidade e a participação no ISE não são indicadores de qualidade ao menos do ponto de vista do conservadorismo.

Sendo assim usuários das informações, bem como pesquisadores, podem utilizar-se deste trabalho para tomadas de decisões e para base de novas pesquisas. Dado a importância da qualidade nas informações, já se pode afirmar que as empresas consideradas sustentáveis possuem menor GR e maior QIC pela pesquisa de Silva (2014), porém um investidor que busca empresas mais conservadoras, não poderá fazer sua escolha priorizando as empresas consideradas

sustentáveis, uma vez que já é sabido que estas não possuem maior grau de conservadorismo.

Uma vez que o Gerenciamento de Resultado não interfere no Conservadorismo conforme verificado por Dutra (2011), ao buscar empresas com maior QIC o investidor deverá estar ciente de que os parâmetros para medir a QIC não caminham juntos. Foi possível verificar nesta pesquisa que as mesmas empresas que possuem menor GR, não possuem maior grau de conservadorismo.

Sendo assim este trabalho também abre leque para novas pesquisas a respeito da QIC, pois há mais parâmetros para se medir a qualidade da informação e também este trabalho oferece mais uma base de conhecimento para tomada de decisão, visto que concluiu que as empresas brasileiras possuem conservadorismo, e ainda que as empresas consideradas sustentáveis não sejam mais conservadoras do que as demais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

A divulgação do relatório de responsabilidade social, ou relatório de sustentabilidade é um tema que está se tornando cada vez mais dominante nas discussões entre investidores, clientes e outras partes interessadas, que exigem mais transparência sobre o negócio da empresa (KIM; PARK; WIER, 2012).

Junior, Best e Cotter, (2014) argumentam que os relatórios de sustentabilidade são divulgados pelas entidades com o objetivo de alcançarem maior transparência de seus desempenhos e atividades sustentáveis, servindo como um meio de avaliação do desempenho e competitividade (MOTA; MAZZA; DE OLIVEIRA, 2013).

A responsabilidade social de uma empresa é vista como uma forma pela qual a mesma contribui para uma sociedade e qualidade de vida melhores e mais justas, muitas vezes contribuindo para o fortalecimento e melhoria de sua reputação (RODRIGUES; DUARTE, 2011). Assim, as práticas de responsabilidade social visam estabelecer relações positivas entre a empresa e as partes interessadas (KRAEMER, 2008).

Teixeira *et.al.* (2011) encontraram evidências de que empresas que sinalizam serem socialmente responsáveis podem reduzir mais o seu endividamento de longo prazo. Além disso, os autores demonstram que existe relação negativa com o endividamento e com o risco, em comparação com as que não sinalizam. Já Patrícia e Carlotta (2011) afirmam que o relatório de sustentabilidade certifica o perfil ético da empresa e legitima o seu papel social e ambiental.

Há estudos, como o de Kim, Park e Wier (2012), que observaram que empresas que declaram ser socialmente responsáveis são menos propensas a se envolverem em atividades de gerenciamento de resultados por decisões operacionais (*real activities earnings management*), uma vez que se a empresa valoriza a sua reputação, então o desejo de proteger a reputação pode inibir que se envolva em atividades socialmente inaceitáveis. Além disso, Silva (2014) apresenta evidências de empresas brasileiras que publicam o relatório de sustentabilidade e possuem menor nível de gerenciamento de resultados via *accruals* (*accruals-based earnings management*).

A publicação do relatório de sustentabilidade é uma atividade voluntária. Diante disso, estudos têm sido desenvolvidos sobre motivações para sua elaboração e publicação (SEARCY; BUSLOVICH, 2014). Algumas pesquisas, como a de Levek *et al.* (2002), concluíram a divulgação das práticas sustentáveis pode colaborar para o fortalecimento da marca da empresa e obtenção de um valor diferencial para seus produtos e serviços.

A quantidade e qualidade de informações que uma empresa divulga, proporcionará mais investimentos, pois manterá os investidores mais bem informados, uma vez que, investidores menos informados sentem-se desfavorecidos e tornam-se menos disposto a negociar (DHALIWAL *et al.*, 2011).

2.2 ISE/RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade é uma preocupação crescente no mundo empresarial (MULLER; PFLEGER, 2014; HAHN *et al.*, 2014; DUCKERS *et al.*, 2014). Segundo Searcy e Buslovich (2014), tal preocupação induz as empresas a continuarem realizando progressos nos âmbitos econômicos, social e ambiental. Assim, a

responsabilidade social corporativa pode ser percebida como um compromisso com o desenvolvimento da sociedade e a proteção do meio ambiente (URSINI; SEKIGUCHI, 2005).

Searcy e Buslovich (2014) ressaltam a dificuldade em determinar de forma confiável se as atividades de responsabilidade social aumentam ou diminuem o lucro da empresa assim como as despesas, pois também não há dados específicos sobre os gastos com tais atividades. A sustentabilidade consiste na capacidade de conciliar o sucesso financeiro com a atuação social e o equilíbrio ambiental (REZENDE *et al.*, 2009).

O ISE é um instrumento de análise comparativa do desenvolvimento das empresas sob o aspecto da sustentabilidade que foi Iniciado em 2005, financiado pela *International Finance Corporation* (IFC). No entanto para poder integrar ao ISE, há várias condicionantes de qualidade que estas empresas devem cumprir (BM&FBOVESPA, 2014a).

No Brasil, o ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) é um indicador de desempenho das empresas com reconhecido compromisso com a sustentabilidade empresarial e ainda pode possibilitar a criação de um ambiente de investimento equivalente com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade moderna e incentivar a responsabilidade ética das corporações (BM&FBOVESPA, 2014b).

A BM&FBOVESPA é responsável pelo cálculo do ISE e pela sua gestão técnica, que é realizada por um Conselho Deliberativo, seu órgão máximo de governança, o qual tem como missão garantir um processo confiável de construção do índice e de escolha das empresas. A cada ano, são escolhidas para fazer parte do indicador até 40 empresas dentre as que possuem as 200 ações mais líquidas no

mercado e que atendam aos requisitos estabelecidos pelo conselho deliberativo (BM&FBOVESPA, 2014c).

Fazem parte da carteira ISE empresas consideradas comprometidas com a sustentabilidade, diferenciadas em termos de nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável, de transparência e prestação de conta, além de possuírem um desempenho empresarial em diversas dimensões, tais como econômico-financeira, ambiental e social, dentre outras (BM&FBOVESPA, 2014a).

As empresas do grupo ISE publicam obrigatoriamente relatório de sustentabilidade, expressando sua responsabilidade social, mas há também empresas que não integram o ISE e publicam, uma vez que a publicação deste relatório é opcional. O objetivo do ISE é ser um indicador de desempenho com o comprometimento com a sustentabilidade reconhecido (BM&FBOVESPA, 2014b).

Muller e Pflieger, (2014) discorrem que empresas que já implantaram ações sustentáveis em algum estágio podem atingir certo nível de maturidade em algumas atividades, portanto podem ainda melhorar a situação atual e proporcionar transformações. Dossa e Kaeufer, (2014) citam a inovação tecnológica como um dos fatores que proporcionam o crescimento dos processos de sustentabilidade.

Quanto às ações de sustentabilidade, Muller e Pflieger (2014) relatam que sustentabilidade deve ser executada de acordo com o paradigma de gestão baseada em valor, ou seja, considerando efeitos econômicos do negócio.

Colares *et al.* (2012) também discorrem sobre a sustentabilidade ao descrever que uma empresa sustentável é uma empresa que não se preocupa somente com seu desempenho financeiro, mas também com o social, com o comportamento ético de seus dirigentes e se preocupa principalmente com o ambiental.

Sobre a relação da performance financeira de uma empresa considerada socialmente responsável Cesar e Silva (2008), afirmam que os indicadores sociais internos e externos influenciavam diretamente o desempenho das mesmas e ainda que seus investimentos sociais justificam não somente pelos aspectos éticos e filosóficos, mas também econômicos.

Segundo Silva (2014), as empresas aderidas ao ISE possuem menor nível de GR, sinalizando assim para o mercado maior QIC em relação às demais que não fazem parte desta carteira, porém as próprias dimensões exigidas para que se faça parte do ISE, já possuem relação com a qualidade. Kim *et al.*, (2012) relatam em sua pesquisa que empresas com responsabilidade social são menos propensas a GR e mais prudentes na informação financeira, possuindo assim mais QIC do ponto de vista do GR.

Acerca do grau de conservadorismo das empresas do grupo ISE surge a indagação se estas seriam mais conservadoras do que as demais listadas na BM&FBOVESPA, uma vez que Silva (2014) já verificou nível de GR menor nas mesmas em relação às demais. O conservadorismo constitui-se na antecipação das perdas e ao invés dos lucros (WATTS, 2003; BASU, 1997; SANTOS *et al.*, 2011).

2.3 CONSERVADORISMO

O conservadorismo pode ser definido como o reconhecimento mais oportuno das perdas em relação aos ganhos (BASU, 1997; WATTS, 2003). O conservadorismo é associado à divulgação oportuna de eventos e tem influenciado a informação contábil durante séculos, sendo considerada uma prática importante na contabilidade (BASU, 1997).

O conservadorismo pode ser condicional ou incondicional. O condicional refere-se à possibilidade de antecipar o reconhecimento contábil de perdas econômicas ainda não realizadas, porém estimadas com base em eventos negativos ocorridos, aplicado quando certas condições não são atendidas em um contexto específico (CHEN *et al.*, 2013). Já o conservadorismo incondicional ocorre com a contabilização dos custos da maioria dos bens intangíveis e divulga baixos valores de ativos e receitas, independentemente da probabilidade de perda (COELHO, 2007; DOS SANTOS *et al.*, 2011; CHEN *et al.*, 2014; SALTER *et al.*, 2013).

Costa *et al.* (2006) destacam que o excesso de utilização do conservadorismo leva à divulgação de informações com falsos sinais a seus usuários, sendo este um ponto negativo. Watts (2003) também destaca um ponto negativo do conservadorismo ao discorrer que o mesmo pode causar uma subavaliação dos ativos. Todavia, argumenta-se que em um ambiente onde predomina o conservadorismo é bastante improvável que haja gerenciamento de resultado, embora um não exclua o outro (DUTRA, 2011).

O excesso de confiança dos gestores de uma empresa está negativamente relacionado com o conservadorismo nas mesmas, dado que os gestores ficam menos propensos a manipularem as informações (AHMED; DUELLMAN, 2013). O aumento do grau de conservadorismo aumenta a motivação da empresa para fornecer informações que seriam potencialmente mais precisas (FAN; ZHANG, 2012).

O surgimento do princípio do conservadorismo na elaboração das demonstrações financeiras pode ser atribuído à necessidade de oferecer informações de qualidades aos credores e aos diversos usuários das informações, assim descreve Basu (1997). Na medida em que o conservadorismo pode

proporcionar mais qualidade às informações, a previsão do desempenho futuro da empresa tende a se tornar mais próxima da realidade, de acordo com Ferris, Hao e Liao (2013), por conseguinte, no final haverá maior demanda para investimentos.

2.4 QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL X SUSTENTABILIDADE

A qualidade da informação contábil pode influenciar a eficácia dos investimentos da empresa, haja vista que uma informação de qualidade possui menos assimetria entre gerentes e fornecedores reduzindo assim os custos e as restrições de financiamento (BEATTY *et al.*, 2010).

Ao discorrer sobre QIC, Beatty *et al.* (2010) destacam a importância da qualidade da informação contábil ao revelar que empresas enfrentam restrições de financiamento, onde problemas de assimetria de informação são susceptíveis de serem maiores. Espera-se que os investidores mais bem informados processem melhor as informações das demonstrações financeiras (DECHOW *et al.*, 2010).

Os relatórios de sustentabilidade têm sido uma ferramenta vital para as organizações fornecerem informações transparentes às partes interessadas, principalmente sobre seus desempenhos sociais e ambientais, e ainda conferem mais qualidade às informações fornecidas, segundo discorrem Junior Best e Cotter (2014). Sendo assim, esta pesquisa busca resultados onde possa afirmar ou não, se as empresas sustentáveis são mais conservadoras, ou seja, possuem maior grau de conservadorismo em suas informações do que as demais listadas na BM&FBOVESPA.

Ao buscarmos na literatura trabalhos sobre a QIC das empresas brasileiras, é possível encontrar várias pesquisas sobre o conservadorismo em empresas

brasileiras (DOS SANTOS *et al.*, 2011; DE LACERDA *et al.*, 2010; DE ALMEIDA *et al.*, 2008) e até estudo recente sobre gerenciamento de resultados em empresas sustentáveis (SILVA, 2014).

Encontra-se ainda na literatura uma pesquisa sobre a relação de Gerenciamento de Resultado e Conservadorismo (DUTRA, 2011), portanto ainda não há trabalhos que busquem evidências do grau de conservadorismo nas empresas brasileiras consideradas sustentáveis em comparação com as demais.

Surgiu neste trabalho hipóteses de que empresas consideradas sustentáveis, ou seja, as empresas que divulgam o relatório de sustentabilidade possuem maior QIC do ponto de vista do conservadorismo do que as demais, e ainda que estas empresas apenas publiquem seus relatórios como estratégia de marketing. Através de pesquisas documentais e dados estatísticos esta pesquisa buscou respostas para estas hipóteses.

3. METODOLOGIA

Para buscar a evidência de conservadorismo foi aplicado o modelo de Basu (1997), que é amplamente utilizado pela literatura (PATATOUKAS, 2011; BALL *et al.*, 2000; HELTZER, 2009; SANTOS; COSTA, 2008; DUTRA, 2011; SANTOS *et al.* 2011).

Basu (1997) usou a variável lucro por ação para calcular o retorno e medir o conservadorismo, com amostra de empresas de 1963 a 1990. Em virtude dos objetivos deste trabalho, o modelo de Basu (1997) foi adaptado para possibilitar a comparação entre empresas que sinalizam serem sustentáveis em relação às demais. A participação no ISE e a divulgação voluntária do Relatório de Sustentabilidade foram utilizadas como *proxies* para a identificação de empresas consideradas “sustentáveis”.

A amostra foi obtida na base de dados Economática e do site da BM&FBOVESPA. Foram analisadas informações contábeis das empresas brasileiras de capital aberto listadas na BM&FBOVESPA, incluindo participantes e não participantes do grupo ISE, que publicam e não publicam o relatório de sustentabilidade, do período de 2010 a 2013, ou seja, após a implantação das IFRS no Brasil (BRITO; MARTINS, 2013). Os dados de 2013 referentes à participação na carteira ISE e divulgação do relatório de sustentabilidade foram retirados do site BM&FBOVESPA, já as variáveis contábeis e de mercado foram obtidas pela base da Economática.

A descrição das variáveis utilizadas é apresentada no Quadro 1.

Variável	Denominação	Construtos	Proxy
ISE (dependente)	Adesão do ISE	Empresas que participam do ISE	Variável dummy D=1 – empresas participam do ISE D=0 – empresas não participam ISE
Relatório de Sustentabilidade (RS) (dependente)	Divulgam RS	Empresas que divulgam RS	Variável dummy D=1 – empresas que divulgam RS D=0 – empresas que não divulgam RS

Quadro 1: Variáveis Utilizadas no Modelo
Fonte: Dados da pesquisa.

O modelo de Basu (1997), apresentado na equação 1, permite identificar evidências de diferença na oportunidade da informação contábil ao se comparar “boas notícias” (retornos positivos da ação) e “más notícias”, evidenciando a existência de conservadorismo.

Equação 1: modelo básico de Basu (1997)

$$\frac{LPA_{it}}{P_{i,t-1}} = \alpha_0 + \alpha_1 * RET_{it} + \alpha_2 D_{1it} + \alpha_3 D_{1it} * RET_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Legenda:

LPA_{it} = Lucro por ação da empresa i no ano t

$P_{i,t-1}$ = Preço da ação da empresa i no ano t

RET_{it} = retorno simples da ação da empresa i no ano t

D_{it} = *Dummy* (quando RS for negativo = 1 e quando RS for positivo = 0 respectivamente).

Para estimar o grau de conservadorismo nas empresas do grupo ISE foi inserida no modelo de Basu (1997) a variável ISE, que consiste em uma *dummy*, que separa as companhias participantes do ISE das demais.

Equação 2: Modelo de Basu (1997) com diferenciação entre empresas que participam na carteira do ISE.

$$\frac{LPA_{it}}{AT_{it}} = \alpha_0 + \alpha_1 * RET_{it} + \alpha_2 D_{it} + \alpha_3 D_{it} * RET_{it} + \alpha_4 RET_{it} * ISE_{it} + \alpha_5 D_{it} * ISE_{it} + \alpha_6 D_{it} * RET_{it} * ISE_{it} \sum_{n=1}^2 \beta_n ANO_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

Legenda:

LPA_{it} = Lucro por ação da empresa i no ano t

$AT_{i,t-1}$ = Valor do Ativo da empresa i no ano t (anterior)

RET_{it} = retorno simples da ação da empresa i no ano t

D_{it} = *Dummy* (quando Ret for negativo = 1 e quando Ret for positivo = 0)

ISE_{it} = *Dummy* (quando a empresa i no ano t integra carteira ISE=1 e quando não integra=0)

De maneira similar, outra variável *dummy* REL.SUST. $_{it}$ foi criada para identificar companhias que divulgam o relatório de sustentabilidade e que também poderiam ser consideradas como sustentáveis. Assim:

Equação 3.

$$\frac{LPA_{it}}{AT_{it}} = \alpha_0 + \alpha_1 * RET_{it} + \alpha_2 D_{it} + \alpha_3 D_{it} * RET_{it} + \alpha_4 RET_{it} * REL.SUST_{it} + \alpha_5 D_{it} * REL.SUST_{it} + \alpha_6 D_{it} * RET_{it} * REL.SUST_{it} \sum_{n=1}^2 \beta_n ANO_{it} + \varepsilon_{it} \quad (3)$$

LPA_{it} = Lucro por ação da empresa i no ano t

$AT_{i,t-1}$ = Valor do Ativo da empresa i no ano t (anterior)

RET_{it} = retorno simples da ação da empresa i no ano t

D_{it} = (*Dummy* quando Ret for negativo = 1 e quando Ret for positivo = 0)

REL.SUST. $it = Dummy$ quando a empresa divulga o Relatório de Sustentabilidade =1 e quando não divulga =0

Conforme uma das especificações utilizadas por Basu (1997), todas as variáveis do modelo foram divididas pelo valor do ativo total do ano anterior. A utilização do ativo total em vez do valor de mercado é justificada pelos achados de Castro (2011), que apresentou evidências de que pode haver distorção na distribuição dos dados em virtude de empresas que apresentam prejuízos e que possuem menor valor de mercado.

Todas as variáveis foram tratadas para mitigar os efeitos de *outliers*. Para a identificação de dados extremos, foi aplicada a técnica “winsor” para 1% em cada cauda das variáveis. Os dados para as regressões estão em painel, utilizando-se recursos de duplo efeito fixo (empresa e ano). No total, três especificações diferentes foram testadas, com foco na comparação dos grupos de empresas, identificadas da seguinte maneira:

- Empresas que participam do ISE *versus* das demais;
- Empresas que divulgam relatório de sustentabilidade *versus* as demais;
- Empresas que participam do ISE ou que divulgam o relatório de sustentabilidade *versus* as demais.

4. RESULTADOS

Conforme demonstrado na Tabela 1, foi possível verificar a existência de conservadorismo nas empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA, no período de 2010 a 2013. Basu (1997) usou a variável lucro por ação para calcular o retorno e medir o conservadorismo, com amostra de empresas de 1963 a 1990, nesta pesquisa foi utilizado o valor do ativo, conforme já usado em pesquisas anteriores (CASTRO, 2011).

TABELA 1: RESULTADO DO MODELO DE BASU (1997)

$$\frac{LPA_{it}}{AT_{it}} = \alpha_0 + \alpha_1 * RET_{it} + \alpha_2 D_{1it} + \alpha_3 D_{1it} * RET_{it} + \varepsilon \quad (1)$$

Conservadorismo: Modelo básico

Variável	Coefficiente
D	0,014*
RET.	0,000**
D x RET.	0,001***
Número de Observações	1076

***Significância estatística 1%; **Significância estatística 5%; *Significância estatística 10%.
Dummy para cada ano incluída. **D**= variável dependente, Dummy que assume o valor 1 (um) quando o retorno simples da ação for negativo e 0 (zero) o retorno simples da ação for positivo; **Ret** = retorno econômico da empresa no ano

Os resultados apresentados na Tabela 1 sugerem que há conservadorismo nas empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA, ou seja, a informação contábil reflete de maneira mais oportuna as “más notícias” do que as “boas notícias”, dado que o coeficiente α_3 é positivo e estatisticamente significativo, corroborando com estudos anteriores (FILIPIN *et al.*, 2012).

Posteriormente, foram rodadas as demais regressões, referentes às equações 2 e 3, buscando avaliar se o comportamento das empresas que fazem parte da carteira do ISE ou as que divulgam o relatório de sustentabilidade são mais conservadoras. Os resultados são apresentados na Tabela 2.

TABELA 2: CONSERVADORISMO EM EMPRESAS DA CARTEIRA ISE

$$\frac{LPA_{it}}{AT_{it}} = \alpha_0 + \alpha_1 * RET_{it} + \alpha_2 D_{1it} + \alpha_3 D_{1it} * RET_{it} + \alpha_4 RET_{it} * ISE_{it} + \alpha_5 D_{1it} * ISE_{it} + \alpha_6 D_1 * RET_{it} * ISE_{it} \sum_{n=1}^2 \beta_n ANO_{it} + \varepsilon_{it}$$

Variável	ISE x Demais	ISE e/ou Empresas que divulgam o relatório de sustentabilidade x Demais
Variável	Coeficiente	
D	0,017**	0,023**
Ret	0,000**	0,000**
D x RET	0,000***	0,000***
ISE	-0,004	0,000
D x ISE	0,009	-0,013
ISE x RET	0,000	0,000
D x ISE x RET	0,000	0,000
Número de Observações	963	963

***Significância estatística 1%; **Significância estatística 5%; *Significância estatística 10%.

D ano para cada ano incluída. **D**= variável Dummy com valor 1 (um) para evidencia de conservadorismo e 0 (zero) para quando não há conservadorismo; **RET** = retorno econômico da empresa no ano, **ISE** = dummy 1 para empresas que fazem parte da carteira ISE 0 para as que não integram a carteira ISE.

Os coeficientes da Tabela 2 também sugerem que não é possível afirmar que as empresas pertencentes à carteira ISE possuem maior grau de conservadorismo do que as demais. Da mesma forma que ao estimar o segundo grupo de empresas do ISE e/ou empresas que divulgam o relatório de sustentabilidade, não obteve significância estatística nos resultados que permitam sustentar que há maior grau de conservadorismo nestas do que nas demais, corroborando com a pesquisa de Dutra (2011). De forma análoga o GR não apontou relação com o conservadorismo, contrariando os resultados de Silva (2014), que identificaram maior QIC e menor GR nestas empresas.

Na Tabela 3, a divulgação do Relatório de Sustentabilidade foi analisada como *proxy* para “empresas sustentáveis”.

TABELA 3: CONSERVADORISMO EM EMPRESAS QUE DIVULGAM O RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

$$\frac{LPA_{it}}{AT_{it}} = \alpha_0 + \alpha_1 * RET_{it} + \alpha_2 D_{it} + \alpha_3 D_{it} * RET_{it} + \alpha_4 RET_{it} * REL.SUST_{it} + \alpha_5 D_{it} * REL.SUST_{it} + \alpha_6 D_{it} * RET_{it} * REL.SUST_{it} + \sum_{n=1}^2 \beta_n ANO_{it} + \varepsilon_{it}$$

Variável	Coefficiente
D	0,023**
RET	0,000**
D x RET	0,000***
Relatório Sust.	0,014
D x Relatório Sust.	-0,013
Relatório Sust. x RET	0,000
D x Relatório Sust. x RET	0,000
Número de Observações	963

***Significância estatística 1%; **Significância estatística 5%; *Significância estatística 10%.
 Dammy para cada ano incluída. **D**= variável Dummy com valor 1 (hum) para evidencia de conservadorismo e 0 (zero) para quando não há conservadorismo; **RET** = retorno econômico da empresa no ano, **Relatório Sust.** = dummy1 para empresas que divulgam o relatório e 0 para as que não divulgam

Os resultados apresentados na Tabela 3 indicam que também não há diferença no nível de conservadorismo entre companhias que divulgam o relatório de sustentabilidade e as demais. Considerando o conservadorismo como uma métrica de qualidade, não é possível dizer que as empresas sustentáveis possuem mais QIC, como foi demonstrado por Silva (2014), que ao verificar sob a ótica do Gerenciamento de Resultado percebeu que as empresas sustentáveis possuem maior QIC e portanto mais uma vez confirma os resultados de Dutra (2011).

No Quadro 2, é demonstrada a relação dos resultados desta pesquisa com os achados de estudos na anteriores.

"Ao encontro"	"De encontro"
Dutra, (2011): Gerenciamento de Resultado não afeta Conservadorismo	Silva, (2014) Empresas sustentáveis possuem maior QIC
FILIPIN <i>et al.</i> , 2012; MARTINEZ; ALVES, 2012; DA COSTA <i>et al.</i> , 2010: existência de conservadorismo nas empresas brasileiras	Correia, Amaral e Louvet (2011): empresas sustentáveis possuem ações mais seguras, atreladas à maior qualidade da informações e maior vantagem financeira

Quadro 2: Comparação dos resultados com outros resultados da literatura.

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor.

Esta pesquisa vai ao encontro dos estudos de Dutra (2011) ao constatar a presença de conservadorismo nas empresas brasileiras, contudo que não foi verificado maior grau de conservadorismo nas empresas da carteira ISE em relação às demais, não podendo afirmar que estas possuem maior QIC do ponto de vista do conservadorismo, indo neste momento de encontro à pesquisa de Silva (2014), o mesmo evidenciou maior QIC do ponto de vista do GR nas empresas do ISE em comparação às demais, e confirmou que as empresas sustentáveis possuem maior QIC pois as mesmas possuem menor GR, entretanto pela ótica do conservadorismo estas empresas não possuem maior QIC, desta forma ao final desta pesquisa não pode dizer que as empresas do ISE possuem maior QIC se forem analisadas pela ótica do conservadorismo, pois não foi constatado maior grau de conservadorismo nestas do que as demais, o que corrobora mais uma vez, indo ao encontro com os resultados de Dutra (2011), que pontuou que o GR não afeta o Conservadorismo, ou seja estas diferentes métricas de avaliação da QIC não caminham juntas, pois as mesmas empresas do ISE, consideradas sustentáveis, possuem maior QIC em relação às demais do ponto de vista do GR, não possuem diferencial de QIC a partir do conservadorismo.

Dentre outros trabalhos da literatura esta pesquisa foi ao encontro dos estudos de Filipin *et al.* 2012; Martinez e Alves, 2012; Da Costa *et al.* 2010, ao

verificar através da aplicação do modelo de BASU (1997) a existência de conservadorismo nas empresas brasileiras de capital aberto listadas na BM&FBOVESPA. Dentre os estudos que foi de encontro, pontua-se o de Correia, Amaral e Louvet (2011) onde é apontado que as empresas sustentáveis possuem maior qualidade da informação, porém diante dos resultados desta pesquisa, dado que o conservadorismo é uma métrica de qualidade, não foi verificado que as empresas consideradas sustentáveis possuem maior qualidade em suas informações.

Os resultados corroboram com os estudos de Ball *et al.* (2000), que identifica maior conservadorismo em países common-law. Estes achado não confirmam as indagações sobre as empresas consideradas sustentáveis e participantes da carteira ISE serem mais conservadoras do que as demais e conclui que não existe diferença no conservadorismo contábil entre as empresas consideradas sustentáveis e as demais empresas listadas na BM&FBOVESPA, sendo importante para investidores ao buscarem no mercado empresas com melhores QIC e maior grau de conservadorismo.

Estes resultados não corroboram com pesquisas como de Correia, Amaral e Louvet (2011), uma vez que não se pode afirmar que as empresas sustentáveis possuem ações mais seguras, atreladas à maior qualidade da informações e maior vantagem financeira. Mas contribui com tantos outros (FILIPIN *et al.*,2012; MARTINEZ; ALVES, 2013; DA COSTA *et al.*, 2010) ao concluir a existência de conservadorismo nas empresas brasileiras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa verificou se as informações de empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA e consideradas sustentáveis, ou seja, que divulgam o relatório de sustentabilidade e/ou participam do grupo ISE, possuem maior grau de conservadorismo do que as demais listadas na BM&FBOVESPA. Foi analisado o período pós IFRS, de 2010 a 2013.

Os resultados demonstram não ser possível afirmar que as empresas sustentáveis são mais conservadoras do que as demais. Neste sentido, divulgar o relatório de sustentabilidade ou fazer parte do grupo ISE não é prerrogativa de indicação de maior grau de conservadorismo do que o das demais. Sendo assim permite aceitar a hipótese de que a divulgação dos relatórios de sustentabilidade podem ser também uma estratégia de marketing e não permite aceitar a hipótese de que as empresas sustentáveis são mais conservadoras do que as demais.

Estes resultados contribuem para a literatura, haja vista que fatores determinantes de qualidade das empresas não são explícitos na BM&FBOVESPA e os usuários das informações contábeis carecem cada vez mais de informações de qualidade. A divulgação do relatório de Sustentabilidade tem um papel complementar às divulgações financeiras, entretanto não pode afirmar que o mesmo seja um indicador de maior grau de conservadorismo.

Diante dos resultados desta pesquisa e do que foi encontrado na literatura, conclui-se que há diferentes dimensões para a avaliação da QIC, nem todas as métricas indicadoras de qualidade caminham juntas, como ficou evidente entre o GR e o conservadorismo e há lacunas para estudos futuros.

Porém esta pesquisa contém as seguintes limitações: amostra limitada às empresas listadas na BM&FBOVESPA, uso de apenas um modelo para testar a evidência de conservadorismo e período usado, 3 anos após a implantação do IFRS, porque não foi possível coletar dados de 2014 devido ao seu período de divulgação.

Com os resultados deste trabalho e de outros como de Silva (2014), Dutra (2011), sugere-se que novas pesquisas poderão usar outras métricas de qualidade e ainda comparar empresas brasileiras com empresas estrangeiras, dada a importância da qualidade das informações para as tomadas de decisões e até mesmo desempenho financeiro das empresas.

REFERÊNCIAS

AHMED, Anwer S.; DUELLMAN, Scott. Managerial overconfidence and accounting conservatism. **Journal of Accounting Research**, v. 51, n. 1, p. 1-30, 2013.

ALMEIDA, J. E. F. **Qualidade na informação contábil em ambientes competitivos**. 2010. 174 fls. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis), Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração, e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____; BASTIANELLO, R. F.; MONEQUE, E. Z. Alguns aspectos das práticas de suavização de resultados no conservadorismo das companhias abertas listadas na BM &FBovespa. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 23, n. 58, p. 65-75, 2012.

ALMEIDA, Juan Carlos Goes de; SCALZER, Rodrigo Simonassi; COSTA, Fábio Moraes da. Níveis diferenciados de governança corporativa e grau de conservadorismo: estudo empírico em companhias abertas listadas na BM&FBOVESPA. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, n. 2, p. 118-131, 2008.

BASU, Sudipta. The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. **Journal of Accounting and Economics**, v. 24, n. 1, p. 3-37, 1997.

BALL, Ray; KOTHARI, S. P.; ROBIN, Ashok. The effect of international institutional factors on properties of accounting earnings. **Journal of Accounting and Economics**, v. 29, n. 1, p. 1-51, 2000.

BEATTY, Anne; SCOTT LIAO, W.; WEBER, Joseph. The effect of private information and monitoring on the role of accounting quality in investment decisions. **Contemporary Accounting Research**, v. 27, n. 1, p. 17-47, 2010.

BEDEK, ANDREA. Sustainability marketing strategies: examples of best practices in Croatia. **International Journal of Management Cases**, v. 13, n. 2, p. 33-43, 2011.

BIDDLE, Gary C.; HILARY, Gilles; VERDI, Rodrigo S. How does financial reporting quality relate to investment efficiency?. **Journal of Accounting and Economics**, v. 48, n. 2, p. 112-131, 2009.

BOER, Joop de. Sustainability labelling schemes: the logic of their claims and their functions for stakeholders. **Business Strategy and the Environment**, v. 12, n. 4, p. 254-264, 2003.

BM&FBOVESPA In: **Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE. Metodologia**. Disponível em:

<<http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoIndice.aspx?Indice=ISE&Idioma=pt-br>>. Acesso em 18 nov. 2014a

_____. **Índice de Sustentabilidade Empresarial – Metodologia Completa**.

Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/Indices/download/ISE.pdf>>. Acesso em 18 nov. 2014b.

_____. **Índice de Sustentabilidade Empresarial – Disponível em:** <

<<http://www.bmfbovespa.com.br/Indices/download/ISE-Metodologia-pt-br.pdf>>.

Acesso em 18 de Nov. 2014c.

BRITO, Giovani Antonio Silva; MARTINS, Eliseu. Accounting conservatism and the cost of bank credit in Brazil. **Brazilian Business Review (English Edition)**, v. 10, n. 1, p. 27, 2013.

CESAR, Jesuína Figueira; SILVA, Júnior A. A relação entre a responsabilidade social e ambiental com o desempenho financeiro: um estudo empírico na BM&FBOVESPA no período de 1999 a 2006. In: Congresso Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, 2, 2008, Salvador. **Anais...** Salvador : ANPCONT, 2008.

CASTRO, E. L. de. **Os incentivos dos diferentes tipos de dupla listagem no conservadorismo contábil**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Administração (FUCAPE), Vitória, Espírito Santo, 2011.

CHEN, Lucy Huajing, David M. Folsom, Wonsun Paek e Heibatollah Sami. Accounting conservatism, earnings persistence, and pricing multiples on earnings. **Accounting Horizons**, v. 28, n. 2, p. 233-260, 2013.

CLOSS, Lisiane Quadrado; ANTONELLO, Claudia Simone. Transformative learning theory: contributions to management education oriented to sustainability. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 15, n. 3, p. 221-252, 2014.

COELHO, Antonio Carlos; LIMA, Iran Siqueira. Qualidade informacional e conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil. **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 18, n. 45, p. 38-49, 2007.

COLARES, Ana Carolina Vasconcelos *et al.* O balanço social como indicativo socioambiental das empresas do índice de sustentabilidade empresarial da BM&F BM&FBOVESPA. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 17, p. 83-100, 2012.

CORREIA, L. F; AMARAL, H. F; LOUVET, P. Um índice de avaliação da qualidade da governança corporativa no Brasil. **Revista Contabilidade e Finanças – USP, São Paulo**, v. 22, n. 55, p. 45-63, jan./fev./mar./abr. 2011.

COSTA, Fábio Moraes; LOPES, Aleksandro Broedel; COSTA, Alessandra Cristina De Oliveira. Conservadorismo em cinco países da América do Sul. **R. Cont. Fin. – USP**, São Paulo, n. 41, p. 7-20, 2006.

CPC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

DECHOW, Patricia; GE, Weili; SCHRAND, Catherine. Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. **Journal of Accounting and Economics**, v. 50, n. 2, p. 344-401, 2010.

DE LACERDA MOREIRA, Rafael; COLAUTO, Romualdo Douglas; AMARAL, Hudson Fernandes. Conservadorismo condicional: estudo a partir de variáveis econômicas. **Revista Contabilidade & Finanças-USP**, v. 21, n. 54, p. 64-84, 2010.

DHALIWAL, Dan S. *et al.* Voluntary nonfinancial disclosure and the cost of equity capital: The initiation of corporate social responsibility reporting. **The Accounting Review**, v. 86, n. 1, p. 59-100, 2011.

DOSSA, Zahir; KAEUFER, Katrin. Understanding sustainability innovations through positive ethical networks. **Journal of Business Ethics**, v. 119, n. 4, p. 543-559, 2014.

DOS SANTOS, L. P. G., de Lima, G. A. S. F., de Freitas, S. C., & Lima, I. S. Efeito da Lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBOVESPA. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 22, n. 56, p. 174-188, 2011.

DUCKERS, Les *et.al.* Sustainability index with integrated indicator dependencies. **Business, Management and Education**, n. 1, p. 15-29, 2014.

DUTRA, Ednael Silva. **O Impacto Do Gerenciamento De Resultados No Conservadorismo Contábil: Evidências no Mercado Brasileiro**. 2012. 50f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis); Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), Vitória, 2012.

FAN, Qintao; ZHANG, Xiao-Jun. Accounting conservatism, aggregation, and information quality. **Contemporary Accounting Research**, v. 29, n. 1, p. 38-56, 2012.

FERRIS, Stephen P. HAO; Grace Qing; LIAO, Min-Yu. The effect of issuer conservatism on IPO pricing and performance. **Review of Finance**, v. 17, n. 3, p. 993-1027, 2013.

FILIPIN, R. Teixeira; S. A., Bezerra; F. A.; da Cunha, P. R. Análise do nível de conservadorismo condicional das empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA após a adoção dos IFRS. **Revista Contabilidade e Controladoria**, v. 4, n. 2, p. 24-36, 2012.

HAHN, Tobias; PREUSS, L.; PINKESE, J.; FIGGE, F. Cognitive frames in corporate sustainability: managerial sensemaking with paradoxical and business case frames. **Academy of Management Review**, v. 39, n. 4, p. 463-487 2014.

HELTZER, Wendy. Conservatism and book-tax differences. **Journal of Accounting, Auditing & Finance**, v. 24, n. 3, p. 469-504, 2009.

JUNIOR, Renzo Mori; BEST, Peter J.; COTTER, Julie. Sustainability reporting and assurance: a historical analysis on a world-wide phenomenon. **Journal of Business Ethics**, v. 120, n. 1, p. 1-11, 2014.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Contabilidade criativa: maquiando as demonstrações contábeis. **Pensar Contábil**, v. 7, n. 28, 2008.

KIM, Yongtae; PARK, Myung Seok; WIER, Benson. Is earnings quality associated with corporate social responsibility? **The Accounting Review**, v. 87, n. 3, p. 761-796, 2012.

LAMOUNIER, Wagner Moura; NOGUEIRA, Else Monteiro. Causality between stock return rates: emerging versus developed capital markets. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 18, n. 43, p. 34-48, 2007.

LEVEK, A. R. H. C; Benazzi, A. C. M.; Arnone, J. R. F., Seguin, J.; Gerhardt, T. M. A responsabilidade social e sua interface com o marketing social. **Revista da FAE, Curitiba**, v. 5, n. 2, p. 15-25, 2002.

MARTINEZ, AntonioLopo; ALVES, Josenaldo de Souza. Efeitos da adoção das IFRS no conservadorismo contábil de companhias brasileira de grande porte, abertas e fechadas. In: Congresso de Controladoria e Contabilidade, 13, 2013,São Paulo, **Anais...** São Paulo : USP, 2013.

MOTA, Marcio de Oliveira; MAZZA, Adriana Carla Avelino; DE OLIVEIRA, Francisco Correia. Uma análise dos relatórios de sustentabilidade no âmbito ambiental do brasil: sustentabilidade ou camuflagem?. **Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS**, v. 10, n. 1, p. 69-80, 2013.

MOURA, Geovanne Dias de; FRANZ, Leandro; CUNHA, Paulo Roberto da. Qualidade da informação contábil em empresas familiares: Influência dos níveis diferenciados de Governança da BM&FBOVESPA, tamanho e independência do conselho de administração. In: Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais, 16, 2013, São Paulo, **Anais...** São Paulo : FGV, 2013.

MÜLLER, Anna-Luisa; PFLEGER, Regina. Business transformation towards sustainability. **Business Research**, v. 7, n. 2, p. 313-350, 2014.

NUNES, JulyanaGoldneret *al.* Análise das variáveis que influenciam a adesão das empresas ao índice BM&FBOVESPA de Sustentabilidade Empresarial. **BASE– Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 7, n. 4, p. 328-340, 2010..

PATATOUKAS, Panos N.; THOMAS, Jacob K. More evidence of bias in the differential timeliness measure of conditional conservatism. **The Accounting Review**, v. 86, n. 5, p. 1765-1793, 2011.

PATRIZIA, Gazzola; CARLOTTA, Meo Colombo. The role of the sustainability report in capitalistic firm. **European Integration–New Challenges**, v. 20, n. 2, p. 243-250, 2011.

PAULO, Edilson; ANTUNES, Maria TherezaPompa; FORMIGONI, Henrique. Accounting conservatism in Brazilian publicly-quoted and private companies. **Revista de Administração de Empresas**, v. 48, n. 3, p. 46-60, 2008.

RODRIGUES, Jorge José Martins; DUARTE, Maria Manuela Rebelo. Relato da responsabilidade social, ambiente e competitividade: Enquadramento teórico. **Revista Universo Contábil**, v. 7, n. 4, p. 138-155, 2011.

SALTER, Stephen B. et al. The role of social values, accounting values and institutions in determining accounting conservatism. **Management International Review**, v. 53, n. 4, p. 607-632, 2013.

SANTOS, Luis Paulo Guimarães dos; LIMA Gerlando Augusto Sampaio Franco de; FREITAS, Sheizi Calheira de; LIMA, Iran Siqueira. Effect of Law 11.638/07 on conditional conservatism companies listed on BM&FBOVESPA. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 22, n. 56, p. 174-188, 2011.

SANTOS, Luis Sérgio Ribeiro dos; COSTA, Fábio Moraes da. Accounting conservatism and timeliness: empirical evidence in financial statements of Brazilian companies with ADRs traded on the New York stock exchange. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 19, n. 48, p. 27-36, 2008.

SEARCY, Cory; BUSLOVICH, Ruvena. Corporate perspectives on the development and use of sustainability reports. **Journal of Business Ethics**, v. 121, n. 2, p. 149-169, 2014.

SILVA, Gildo Rodrigues da. **Qualidade da informação contábil e sustentabilidade**: um estudo nas companhias brasileiras listadas na BM&FBOVESPA. 2014, 44f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças - FUCAPE, Vitória, 2014.

TEIXEIRA, Evimael Alves; NOSSA, Valcemiro; FUNCHAL, Bruno. O índice de sustentabilidade empresarial (ISE) e os impactos no endividamento e na percepção de risco. **Revista de contabilidade e finanças [online]**, v. 22, p. 29-44, 2011.

URSINI, Tarcila Reis; SEKIGUCHI, Celso. Desenvolvimento sustentável e responsabilidade social: rumo à terceira geração de normas ISO. **São Paulo: Instituto Uniemp**, 2005.

VIEIRA, Ana Luíside Azevedo. Indicadores de sustentabilidade empresarial no Brasil: uma avaliação do Relatório do CEBDS. In: **Revibec: revista de laRedIberoamericana de Economía Ecológica**. V. 5, p. 075-93, 2006.

WANG, Dechun. Founding family ownership and earnings quality. **Journal of Accounting Research**, v. 44, n.3, p. 619-656, June2006.

WATTS, Ross L. Conservatism in accounting part I: Explanations and implications. **Accountinghorizons**, v. 17, n. 3, p. 207-221, 2003.